

## Pensão militar de dissidente é reconhecida

O Exército acaba de conceder, através de portaria assinada pelo general Otávio Medeiros, chefe do Departamento Geral de Pessoal, pensão militar à família do 2º sargento Onofre Pinto, declarado ausente ou desaparecido desde 1982, em juízo civil. O inédito do episódio é que Onofre Pinto, um dos sargentos que, tendo militado no grupo esquerdista VPR (ligado ao cabo Anselmo), foi atingido por ato institucional e expulso do Exército.

A família do 2º sargento só conseguiu beneficiar-se da pensão depois do Congresso Nacional ter aprovado a emenda constitucional 26/85, que, em seu artigo 4º, parágrafo 7º especifica o seguinte: "Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pela disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica".

O sargento Onofre Pinto foi um dos vários militares dissidentes de 1964 que foi atingido por ato institucional (e não por regulamento disciplinar), beneficiando-se, portanto, da anistia. E um dos poucos, porém, que tendo sido declarado "ausente" (o que implica dizer desaparecido) é reconhecido como morto pelo Exército, na medida em que lhe concede a pensão.

## Presidente fará viagem a Minas

O presidente José Sarney irá à cidade mineira de Conceição do Mato Dentro, no próximo dia 24, para participar da festa religiosa de "Bom Jesus do Matozinho, informou a Secretaria de Imprensa da Presidência.

Nos dias dois e três de julho, o presidente Sarney irá a Rio Branco, capital do Acre, e Puerto Maldonado (Peru) para encontro com o presidente peruano Alan Garcia, e, no dia 17, Buenos Aires, quando se reunirá com os presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, e Julio Maria Sanguinetti, do Uruguai.

## Jânio pede mais 1 mês na Suíça

São Paulo — O prefeito Jânio Quadros quer ficar mais 30 dias na Suíça. O presidente da Câmara Municipal, vereador Brasil Vita, recebeu ofício de Jânio da Europa, solicitando a prorrogação de sua licença. Hoje, a partir das 9 horas, haverá uma reunião no Parque do Ibirapuera entre os janistas e o prefeito interino Cláudio Lembo, para tentar aprovar este novo pedido de Jânio.

A notícia de uma nova licença de Jânio surpreendeu a todos os vereadores janistas e alguns já se manifestaram contra. Os petebistas Francisco Batista e Gabriel Ortega podem ficar com a oposição e dificultar a aprovação do pedido.

A justificativa do prefeito Jânio Quadros para ficar fora da Prefeitura por 40 dias, a partir do final de maio, era para cuidar pessoalmente do tratamento de sua filha, a deputada constituinte Dirce "Tutu" Quadros. A prorrogação da licença por mais 30 dias — alega — é para dar continuidade a este tratamento médico.

## Mestrinho quer lugar de Lucena

Uma única preocupação está consumindo o jornalista e caricaturista Aureo Mello, suplente do senador Fábio Lucena, que se suicidou no último domingo com um tiro na cabeça: desvencilhar-se do constrangimento e do assédio do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho. Interessado em disputar nas urnas a vaga de Lucena, Mestrinho vem pressionando Mello para renunciar à cadeira.

Ao assumir, ontem, Aureo Mello, que se escondeu em casa de amigos desde domingo, pretende se livrar finalmente das pressões de Mestrinho: "Eu não tenho nenhum compromisso com ele", garante.

Compromissos, o ex-governador tentou firmar não só com Aureo Mello, mas também com Leopoldo Peres, suplente da primeira vaga aberta por Lucena, que em novembro de 1986, embora tivesse ainda quatro anos de mandato, candidatou-se novamente ao senado. Em fevereiro deste ano, Lucena renunciou ao mandato que lhe restava, assumindo em seu lugar Leopoldo Peres. Ao morrer, fez de Aureo Mello seu segundo sucessor.

Os acertos ensaiados por Mestrinho — a candidatura de Lucena em 1986 fazia parte deles — serviriam para abrir uma vaga no senado, que deveria então ser disputada nas urnas, durante a campanha.

# Líderes da Aliança buscam o consenso

O PMDB e o PFL deixam de lado a Aliança Democrática e saem em campo para tentar unir seus parlamentares, da Comissão de Sistematização, em torno de propostas que atendam exclusivamente ao conteúdo programático de cada partido. Tanto o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, quanto o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, defendem a busca de um consenso entre os membros de seus partidos, de preferência através de uma convenção, para definir duas questões fundamentais: o sistema de governo a ser adotado e o tempo de duração do mandato do presidente Sarney.



Ambos acreditam na preferência dos seus filiados pelo parlamentarismo misto, tendência já detectada na convenção do PFL que elegeu o senador Marco Maciel para a presidência do partido, logo após fixar a chefia do Gabinete Civil, e no acordo feito pelos peemedebistas na votação do substitutivo final da Comissão de Organização dos Poderes. Para o líder Luiz Henrique, embora essas questões só sejam oficialmente definidas na votação das disposições transitórias, em agosto, o mais provável é que a Constituinte chegue a um entendimento político anterior, consolidando o parlamentarismo e os cinco anos para Sarney.

Ele acha que o principal trabalho das lideranças do PMDB, nesta fase, é tentar administrar as profundas divergências detectadas durante os trabalhos das subcomissões e comissões, especialmente nas comissões de Ordem Econômica e de Educação: "E preciso lutarmos para que o texto final da nova Carta esteja em conformidade com os ideais de mudança que constituem o patrimônio histórico do PMDB, como por exemplo na questão da reforma agrária. É claro que não queremos uma Constituição exclusiva do PMDB, o que queremos é um entendimento geral entre os partidos para se chegara um texto que represente o pensamento médio da sociedade brasileira". Otimista, ele acredita que o balanço final vai ser progressista: "Não uma revolução social, que o povo não fez, mas um caminho onde esteja garantido o espaço de liberdade e democracia necessário às mudanças".

Também o senador Chiarelli acha que a Constituinte tem mais méritos do que pecados e que o resultado final vai ser uma Constituição tipicamente reformista: "Nem revolucionária, nem conservadora". Para ele, no entanto, é fundamental que o Congresso tome medidas eficazes para evitar a presença dos grupos de pressão: "Nenhum parlamento do mundo funciona com pedradas, palavrões e ameaças físicas e por isso mesmo o nosso não funcionou no último fim de semana. A prova é que algumas comissões não conseguiram completar o seu processo de votação. Sendo que na votação do plenário as galerias sejam abertas só para a Imprensa, sem a presença dos grupos, pois não é justo que no máximo 1.500 a 2.000 pessoas forcem decisões, em detrimento dos 70 milhões de brasileiros que elegeram seus legítimos representantes e não podem aqui comparecer".

Para Chiarelli o principal trabalho a ser desenvolvido agora pelo presidente do partido e por todas as suas lideranças é buscar a unidade dos parlamentares na defesa de propostas inseridas no conteúdo programático do PFL.



Carlos Chiarelli



Luiz Henrique

## Tese parlamentarista provoca divergências

As divergências entre o parlamentarismo desejado pelo Palácio do Planalto e o aprovado na Comissão de Organização dos Poderes começam pelo artigo que abre o capítulo do Poder Executivo. O que o presidente Sarney deseja é que ali fique bem claro que o presidente da República mantém os poderes de chefe de Estado e chefe de Governo, sendo o primeiro-ministro apenas um auxiliar, incumbido das atividades administrativas.

Isso é o que dispõe o artigo do projeto elaborado na Consultoria Geral da República e que chegou à Assembléia Constituinte pelas mãos dos deputados Carlos Santana (PMDB-BA), Borges da Silveira (PMDB-PR), Marcos Lima (PMDB-MG) e Expedito Machado (PMDB-CE). Mas não foi isso o que a comissão aprovou. Inspirado na constituição portuguesa, esse capítulo se inicia estabelecendo que o presidente da República é o chefe de Estado e o comandante supremo das forças armadas.

Pelo projeto elaborado no gabinete de Saulo Ramos, a morte ou qualquer impedimento definitivo do presidente da República nos últimos dois anos do mandato provocaria uma eleição indireta para a escolha do seu sucessor. Pelo projeto Egidio Ferreira Lima, a sucessão presidencial é sempre por sufrágio direto e por maioria absoluta de votos, e normalmente deve ocorrer 90 dias antes do término do mandato presidencial. Os dois projetos consagram o mandato de cinco anos, sem direito a reeleição.

Contra a vontade de Sarney, o projeto de Egidio consagra, em seu artigo 59, o regime de gabinete. Ali fica estabelecido que «o governo é constituído pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do conselho de ministros», norma inexistente no projeto de Saulo Ramos. Lá está dito também que o presidente da República tem competência para nomear e exonerar o primeiro-ministro.

Acontece que essas duas hipóteses estão sujeitas a regras rígidas. Para nomear, o presidente tem que ouvir

antes os partidos com representação majoritária no parlamento e para demitir tem que obedecer a uma condição: quando a exoneração se tornar necessária para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. Os ministros de Estado, contudo, somente serão nomeados e exonerados por indicação e a exoneração do primeiro-ministro.

Pelo projeto de Saulo Ramos, a nomeação e a exoneração do primeiro-ministro estão sujeitas à única vontade presidencial e também não estão previstas as moções de censura e de reprovação do parlamento. Saulo Ramos não prevê também a dissolução da Câmara, mas admite numa hipótese remotíssima a queda do gabinete, desde que dessa derrubada fiquem a salvo os ministros militares, o chefe do gabinete civil e o ministro das relações exteriores.

Pela proposta aprovada na Comissão de Organização dos Poderes, quando cair o gabinete, cairão todos os ministros indiscriminadamente, mas em compensação ninguém cairá individualmente. Quando um ministro estiver falhando em sua pasta, caberá ao primeiro-ministro, por pressão do parlamento, destituí-lo sozinho. E o parlamento terá poderes para pedir a destituição de qualquer funcionário, mesmo os da administração indireta.

A proposta do Palácio do Planalto admite que qualquer político seja primeiro-ministro e exclui desse regime de gabinete a figura do vice-presidente da República. A proposta de Egidio também exclui o do vice, mas dispõe que só serão primeiro-ministro quem for parlamentar com mandato.

O projeto aprovado na Comissão de Organização dos Poderes vai bem mais longe. Enquanto o presidente tem 29 atribuições, algumas meramente litúrgicas, como manter relações com os estados estrangeiros e celebrar tratados, o chefe do conselho de ministros tem 19 incumbências, entre essas a de conduzir a direção superior da administração federal, prover e extinguir cargos públicos.

## Não apresentar emendas à Carta, a decisão do PL

O Partido Liberal (PL), representado na Constituinte por sete deputados e um senador, está satisfeito com as inovações aprovadas nos anteprojetos e não pretende reunir esforços para que a Comissão de Sistematização acate princípios do seu programa partidário. Pelo contrário, irá fechar questão e votar em bloco todo o esboço da Constituição sem a preocupação de apresentar emendas. A informação é do líder do partido, deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ), que explica esta postura com o argumento de que "não queremos transformar a nova Constituição em uma

colcha de retalhos de programas partidários".

Defende o parlamentar que o momento é de diálogo, entendimento e concessões, com a finalidade de "atingir uma média de reivindicações como um todo". Frisou Oliveira que cabe aos partidos políticos se entenderem "para fazer uma Constituição brasileira e não partidária". O liberal conceituou o partido como de centro-esquerda, mas que espera um texto constitucional "no meio termo", com alguns passos à frente, sem contudo se radicalizar para um possível retrocesso.